

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.001 - CE
(2019/0124837-6)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : FEDERAL DE SEGUROS S/A EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
REPR. POR : LUIZ HENRIQUE SANTOS DE PAULA - LIQUIDANTE
ADVOGADOS : ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA E OUTRO(S) - PE016983
JOSEMAR LAURIANO PEREIRA - RJ132101
MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA - PE023748
AGRAVADO : CANDIDA MARIA GOMES DE OLIVEIRA
AGRAVADO : JULIA MARIA DE MESQUITA CAVALCANTE
AGRAVADO : MARIA AUXILIADORA OLIVEIRA
AGRAVADO : RAIMUNDO NONATO DE LIMA
AGRAVADO : JOSE DO CARMO DE LIMA
AGRAVADO : ROBERTO PEREIRA DA MATA
AGRAVADO : ANTONIO QUIRINO NETO
ADVOGADOS : MARIO MARCONDES NASCIMENTO E OUTRO(S) - SC007701
JOSÉ MARIA VALE SAMPAIO - CE013500
LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA - CE014458

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por FEDERAL DE SEGUROS S/A EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL contra decisão que não admitiu recurso especial, de sua vez manejado em face de acórdão proferido pela Corte Estadual que, em sede de ação de responsabilidade securitária habitacional, manteve a competência da Justiça Estadual, ante a desnecessidade de participação da Caixa Econômica Federal no feito.

É o relatório.

Decido.

1. Como é sabido, o Supremo Tribunal Federal, concluiu pela existência da repercussão geral da matéria constitucional versada no **Recurso Extraordinário 827.996/PR**, no que diz respeito se há interesse jurídico da Caixa Econômica Federal (CEF) para ingressar como parte nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

O reconhecimento de repercussão geral, à tese apresentada no mencionado recurso, orienta o sobrestamento destes feitos, bem como instila a incidência do preceituado nos arts. 1.036 e 1.037, II, do CPC/2015, face ao possível juízo de retratação pela instância de origem.

2. Ante o exposto, torno sem efeito a decisão de fls. 277/280, e-STJ, e determino a restituição dos autos à origem, devendo ser realizada a devida baixa nesta Corte Superior, até o julgamento definitivo do **Recurso Extraordinário n.º 827.996/PR** e eventual retratação prevista na sistemática dos arts. 1.040, II e 1.041, ambos do Código de Processo Civil de 2015. Julgo prejudicada a petição de fls. 933/974, e-STJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 1º de outubro de 2019.

Ministro MARCO BUZZI
Relator

